

O Marco e o Poeta no discurso histórico-literário¹

Olga Maria Castrillon-Mendes
UNEMAT/Cáceres
Olgmar007@hotmail.com

Guardando velhos arcanos
Da gente antiga, valente,
-Dos Lusos e Castelhanos,
Como um gigante impotente
Jaz na praça principal,
Desta terra hospitaleira,
Em frente da Catedral,
Velho Marco de Fronteira.

(MENDES, 1993, p. 26)

O Marco do Jauru é o único símbolo, ainda existente, do acordo firmado entre Portugal e Espanha, no século XVIII². Colocado na foz do rio Jauru, importante canal de ligação entre Cuiabá e o Amazonas, na época, foi concebido por Alexandre de Gusmão, representante da colônia brasileira, responsável pela negociação do Tratado de Limites de 1750. Exprime, através das legendas gravadas no seu formato quadrangular, a conquista da diplomacia, da justiça e da paz, firmadas entre as duas maiores potências ibéricas possuidoras de terras na América. Em 1880 o Marco foi trasladado para a Praça da Matriz (hoje Barão do Rio Branco), na cidade de Cáceres-MT. Em 1977 foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³.

Tal significado histórico pode ser visto como o lugar de memória responsável pelos discursos que construíram o sentido de Mato Grosso no cenário brasileiro e internacional.

¹ Publicado em *Cáceres: história e memória*. Arruda, E.; Chaves, O. R. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2011, p. 216-228 e em Castrillon-Mendes, O. M. *Matogrossismo: questionamentos em percursos identitários*. Cuiabá: Carlini & Caniato Ed., 2020, p. 189-199.

² Em janeiro de 1750, na capital espanhola, foi feito um acordo entre as Coroas portuguesa, representada pelo rei D. João V e espanhola representada pelo rei Fernando VI, pelo qual reconhecia e remarcava as posses ibéricas no Novo Mundo. Esse acontecimento histórico, assinado como Tratado de Madrid substituiu o Tratado de Tordesilhas (1494), tendo como base jurídica o princípio do direito privado romano do *uti possidetis* (a posse de fato, é a posse de direito), que se valeu do curso dos rios para delimitação das fronteiras entre os dois reinos. O Marco do Jauru tem essa representação diplomática. Esta nota é uma contribuição de leitura da professora Maria do Socorro Souza Araújo.

³ Cf. MENDES, 1983.

Como signo funda o espaço onde se produz uma identidade⁴ particular e os sentidos específicos do colonialismo, lugar possível de investigação dos processos de constituição do povo.

Assim concebido, não há como ignorar o monumento plantado, entre outros, na Praça central da cidade. Para alguns é um símbolo importante que necessita de cuidados e política de preservação; para outros, um incômodo bloco de pedras amareladas que bem poderia ceder espaço para as festas e os colossais brinquedos infantis...

Entre os prós e os contras, o “gigante impotente” cantado pelo poeta tem resistido ao tempo e às constantes mudanças de local no espaço da mesma Praça⁵. O soberbo guardião da memória resiste, talvez pelo sortilégio das invocações, talvez pela beleza piramidal e marmórea dos seus imponentes blocos, ou até mesmo pela necessidade de subscrição dessa história-memória da cidade. Pela força reguladora das circunstâncias ou pelas transformações de mentalidades do mundo contemporâneo, o monumento tem sido constantemente reinventado em prosa e em versos.

Uma dessas releituras teve lugar durante as comemorações dos 70 anos do 2º Batalhão de Fronteira, que propôs uma Expedição ao assentamento original do Marco comemorativo do Tratado de Madri. Realizada em 2009 por iniciativa da referida corporação militar, a viagem-expedição pelo rio Paraguai contou com a participação de professores e alunos pesquisadores das Universidades Públicas do Estado de Mato Grosso, a UNEMAT e a UFMT, o Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres - IHGC, além de setores ligados à Prefeitura Municipal. A programação mista oficial e acadêmica objetivou reconstituir o monumento no seu local de origem a partir da reposição do monumento por uma réplica em madeira de lei torneada, cuidadosamente localizada a partir dos dados geográficos constantes do relato do naturalista Hercules Florence, conforme dito pelo engenheiro da Expedição. Do diário de viagem retoma-se a seguinte passagem:

11 de setembro de 1827. Partindo às 2 horas da madrugada, às 9 horas da manhã chegamos ao rio Jauru, à direita. Em vão procuramos a princípio enxergar a pirâmide que vínhamos ver: descobrimo-la afinal à direita da embocadura, por trás de árvores que a ocultam das vistas. Não é possível enxergar com indiferença um monumento qualquer de mármore branco e de arquitetura regular que de repente se nos depara no meio dessas vastas regiões, onde sem partilha reina a natureza.

(FLORENCE, [1875] 1977, p. 207)

⁴ Identidade aqui é tomada com o sentido de pertencimento ao lugar de origem.

⁵ Cf. pesquisa de MENDES (2009), resultante dessa Expedição, sobre as constantes mudanças de posição do referido marco de fronteira.

O retorno à origem é interpretado temporalmente num campo em que se interceptam duas linhas. Uma é vertical (ou diacrônica), pela qual a história do passado é relida no presente; a outra é horizontal (ou sincrônica) em que se relacionam os dados compositivos e as particularidades contemporâneas para compor o quadro histórico que se pretende reconstruir. Por consequência, os significados corporizados em símbolos projetam a imagem que constitui a generalidade do objeto representado.



Marco simbólico fixado no sítio do Marco do Juru em 12/05/2009.
Foto: Luís César Castrillon Mendes

Visto dessa forma, os sentidos imbricaram-se nas festividades de uma Organização Militar e no “lugar de memória” que, conforme Pierre Nora (1993), marca a necessidade de sedimentação do espaço e a forma como o homem concebe a manutenção do espaço de memória. A viagem fluvial representou o momento do encontro entre o registro, o estudo e a poesia, criando outro acontecimento de memória. Desta feita, aquele que disciplina o movimento dos sentidos produzidos sobre a fronteira, retoma pré-construídos e sinaliza ações futuras, dando acesso a outras vozes que problematizam as diversas maneiras de leitura para além das evidências.

Nesse sentido, este artigo, além de marcar o evento revisionista do *lócus* original do Marco, propõe interpor dois discursos: o histórico e o literário. O primeiro faz parte da nossa compreensão sobre os sentidos de Mato Grosso desde as disputas fronteiriças do século XVIII. O outro abre a clara intenção de tornar visível parte da produção literária “regional” concebida, de certa forma pela historiografia literária, como “periférica”. Ou seja, o acontecimento histórico voltando-se para o fenômeno da criação de uma linguagem especial (a literária) e, mais especificamente, a Poesia. Não apenas o sentimento que dialoga diretamente com os batimentos do coração em consonância com os compassos da música e a estrutura material e linguística, mas o *fenômeno* da criação de uma linguagem especial que traduz a intuição criadora.

Assim conceituados, o acontecimento histórico e a Poiética (ou a psicologia da criação nas palavras de Gilberto Mendonça Teles) entram na composição de um conhecimento das formas que a linguagem acumula através dos tempos pelos mecanismos das possibilidades inventivas e das suas funções na sociedade de cada época (TELES, 2005, p. 50-51).

A voz do poeta

O poema “Marco do Jauru” faz parte da obra *Anhuma do Pantanal: poesia da terra*, de Natalino Ferreira Mendes, publicada em 1993, como parte de uma coletânea poética que reúne, em seis partes, os *hinos* dedicados à terra. São temas que remetem à história e à memória em estruturas fixas, dos sonetos, e em versos livres das canções e místicas. O mote condutor é o grito da anhuma, pássaro que denuncia a aproximação do homem no cenário silencioso e majestoso do pantanal. Simbolicamente, na/pela ave o poeta costura o tecido significativo à medida que o jogo das palavras é o teatro dos acontecimentos aflorados pela

língua. Desta forma, são temporalidades de uma bicentenária paisagem cantada por preciosidades rítmicas que buscam re-afirmar a memória do povo e a intensidade emotiva, ambas unidas pelos limites indecisos das formas simbólicas, muitas vezes tensos e indefiníveis no movimento da significação. Essa abertura do simbólico corresponde a diferentes gestos de interpretação formulados pelo imaginário, articulando/reconstruindo os sentidos.

O verso que constrói a ideia de um “gigante impotente que jaz na praça principal” é uma peça histórico-literária. Um enunciado que impõe respeito e admiração ao monumento para quem o vê assim. Traz consigo, portanto, uma necessidade de interpretação, tanto pelo lugar da metáfora representativa, como pelo espaço da ideologia. Em um campo de contradição produz conhecimento, interpelando a historicidade muitas vezes apagada pelas próprias questões postas por “velhos arcanos” da política de fronteira do setecentos.

Guardando velhos arcanos
Da gente antiga, valente,
- Dos Lusos e Castelhanos (p. 26)

Desta forma, a memória trabalha no entremeio do que é dito. Assim, não há separação entre a linguagem e a memória constitutiva do discurso, levando a crítica até o limite da existência do *outro*. Nesse caso, o objeto desconhecido coloca uma necessidade histórica de reorganizar o campo das relações entre diferentes locais do saber. Ou seja, a crítica trabalha no espaço tenso entre as redes de memória postas, contraditoriamente, pela linguagem em seus mecanismos imaginários.

Por esse meio simbólico, o poeta interpela o objeto empírico e o observador/leitor, pois não há quem não se curve diante da beleza marmórea que desperta possibilidades do mundo-linguagem-ideologia, procurando estabelecer sentidos como propõem os versos:

Aos que passam impressiona
Pela forma e pela história
Do seu conjunto assoma
Todo um passado de glória (p. 27).

O conjunto orgânico dos enunciados substitui a “sensação” pelo conhecimento de uma historicidade que perdura. No frescor da espontaneidade, o olhar não se dá como expressão acabada, mas impõe uma *impressão* evocativa dada pelas formas, concentradas idealmente e entendida como símbolo do espaço universal. A articulação plástico-expressiva exalta o aparato faustoso do mármore e (re)vela a idéia do solene.

Mesmo que os versos carreguem visível convicção dogmática, a carga emotiva de uma afirmação de verdade poética orienta a superação individual que se cola ao coletivo na

descoberta da dimensão de uma trajetória infinita de experiências e de reinvenções, estas mesmas que fizeram parte da concepção de consentimento entre os povos líderes do passado. Conseguiram, assim, manter temporariamente relações diplomáticas “disciplinando a expansão / dos dois reinos colossais / que se valem da ocasião / dos parentescos reais” (idem, *ibidem*). Relações diplomáticas num mundo que se construía sob o signo da “vitória nas contendas”, atestando a supremacia do poder e a apologia ao sentimento pátrio.

O mesmo ideal de celebração se presentifica, também, na conhecida denominação do 2º Batalhão de Fronteira, sediado em Cáceres. Pelo seu lema “Sentinela do Marco do Jauru”, a incorporação militar remonta à fundação da cidade. A história registra no/pelo diário de Luiz de Albuquerque, que no local da fundação havia um “destacamento” e na confluência do rio Paraguai com o Jauru, já se achava posto o marco que devia servir de fronteira às demarcações conforme estabelecido pelo “Ajuste” (MENDES, 1992, p. 16). Assim, o domínio se manteve pelo rio “por onde se fazia a comunicação entre a então Capital Vila Bela e Cuiabá” (MENDES, 1998, p. 138).

No movimento humano que estabeleceu os limites geográficos fundadores dos sentidos, as expedições científicas participaram da construção de uma rede de sentidos constitutivos de discursos particulares que aliam uma visão humanista do mundo à geografia das grandes descobertas. A maior parte dessas expedições legou um repertório de textos, documentos e imagens que orientam (e determinam) a forma como esses arquivos são explorados e como a produção atual dos sentidos são postos na fronteira entre a história, a geografia e a literatura. Tais textos compõem bancos de dados que se formaram sobre as sociedades visitadas, construindo componentes imagéticos de/sobre diferentes aspectos culturais e político-econômicos de uma região. Comporta, também, o inusitado desejo de conhecer o desconhecido, recuperar e remontar o cenário do tempo/espaço da memória, permitindo a recriação dos acontecimentos da língua na história.

Esse fato configura a estratégia de solidificação de posses e de povoamento que caracteriza o espaço de movimento dos atos gerados pela prática humana e pela proliferação de outros dizeres que são formas coloniais que firmam o processo de apropriação. É desta maneira que o Brasil se constitui dentro de uma configuração política, social e econômica e pela necessidade de alargamento de fronteiras para além-mar. Avanço que traz implícita a necessidade de equilíbrio de forças entre as duas potências conquistadoras da época: Portugal e Espanha. Os espanhóis ocuparam, pelo Pacífico, a região dos Andes e avançaram para a área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. Os portugueses, pelo litoral do Atlântico, caminharam em direção ao interior, formando o cenário dos choques constantes

pela disputa das terras que geraram as questões demarcatórias das fronteiras continentais brasileiras, cujos resultados encontram-se inventariados nos relatos oficiais dos administradores coloniais, conforme análise discursiva que fiz em estudos anteriores sobre a relação entre as Cartas emanadas da Colônia e as Instruções advindas da Corte⁶.

Desta forma, o Marco celebra a conquista e o pretendido espírito de concórdia entre os interesses coloniais, como se vê na gravação em uma das faces do monumento: “justitia et pax osculatae sunt”, princípios silenciosos que conduziram os destinos políticos da América colonial ibérica, silenciando outros dizeres possíveis. A razão e a justiça, a paz e a civilização se inscrevem nas quatro partes do monumento. A esses princípios, o poeta canta perante a posição do astro-rei:

Na face, que o sul contempla,
Desse Marco de Fronteira,
Há um lema que acalenta
Esta terra brasileira:
- “Justiça e Paz se oscularam”
Nestas plagas sem rivais...”
(MENDES, 1993, p. 27).

O “eu poético”, não só conta parte da história, mas canta a celebrada vitória dos povos conquistadores. Nesse sentido, o tom é dado pelos versos *redondilhos*, de largo uso na poética luso-brasileira⁷. Nota-se, então a relativa união de sentidos entre a flexível disposição das rimas e a conclusão dada pelos versos finais da estrofe onde repousa a apologia⁸ que resulta da beleza do canto marcado na/pela cadência rítmica própria de um hino. Portanto, indício da harmonia lírica pelas combinações polimétricas em que a voz do poeta expressa orgulho telúrico.

Hoje, simbolicamente colocado entre a imponente Catedral e o rio Paraguai, os preceitos perenizados nas placas do Marco, dizem muito da construção do *outro*, produzindo um recorte específico no discurso europeu sobre o Novo Mundo e, nesse caso, o Brasil em seu sentido dominante e marcado pela relação entre a Europa e a América.

A Fronteira, o Marco, o Município: ligações (inter)nacionais

No século XVIII em Mato Grosso a formação de vilas e povoados tem correlação com o traçado da fronteira. As vilas eram criadas por razões estratégicas dentro do “vazio geográfico” da colônia, como base do fato de que o futuro viria autorizar a invocação e aplicação do princípio do *uti possidetis*, segundo o qual Portugal continuaria possuindo como

⁶ Cf. Castrillon-Mendes (2000).

⁷ Redondilhos são versos de sete sílabas poéticas de longa tradição literária (Na/fa/ce/queo/sul/con/tem/-). Normalmente continuam a ser utilizados na poesia popular dos folhetos de cordel (Cf. MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1985).

⁸ Embora a apologia seja exclusiva da oratória, usamos o termo como sinonímia de panegírico com o qual o poeta conclama os ideais de solidariedade entre os povos.

possuía, no mesmo lugar de sua posse. Significa dizer, nas palavras de Ernesto Borges⁹, o lugar da estratégia e da diplomacia produzindo o efeito legal: o princípio constituidor de direito que impele a conquista para o interior, gerando a maior penetração de que se tem notícia e a ocupação da mais vasta área de terra do continente americano.

Virgílio Correia Filho (1925, p. 5) no comentário introdutório da obra *As raias de Mato Grosso*, diz que “as fronteiras ao Sul e Poente foram magistralmente delineadas pela clarividência de Alexandre de Gusmão e alteradas, a primeira, pelos que seguiram na esteira de Azara¹⁰, ao passo que, na outra, as modificações decorreram dos pareceres de Luiz de Albuquerque”, o fundador de Cáceres. Significa dizer que a delimitação de Mato Grosso liga-se ao sentido do político e das relações de poder que traçaram os limites da soberania portuguesa pelos balizamentos dos rios Paraguai (e seus afluentes) e Guaporé. Os textos daí resultantes oferecem o lugar da constituição do espaço de memória em que um povo em processo de expansão territorial entra em contato com outros povos já estabelecidos e de culturas diferentes. No confronto das relações de força e de sentido se constrói os processos identitários nos entrelugares de produção.

O Marco de fronteira simboliza essas tensões. Instalado na foz do rio Jauru foi nomeado por Hercules Florence de “pirâmide quadrangular” onde se gravaram as armas de Espanha e de Portugal. O narrador de viagem não deixa de registrar punjantes impressões:

A pirâmide, compreendendo o pedestal, é de alto a baixo separada em duas metades, ambas de uma só pedra [...]. Dizem que uma metade foi feita em Lisboa e outra em Cádis [...]. Como as duas peças da pirâmide não juntaram bem e, para facilidade de transporte da Espanha para Buenos Aires, e pelo Prata daquela cidade até ao lugar marcado, não foram feitas maciças, há sempre no interstício colméias de abelhas. Na fenda introduzimos um facão e de pronto correu delicioso mel que encheu uma cabaça e misturado com farinha deu-nos ótimo regalo (FLORENCE, 1977, p. 209-210).

Observa-se no fragmento como a cultura da viagem influenciou a história e a arte e qual o sentido dos relatos na constituição da ficção brasileira. Em vários momentos da narrativa, o narrador desloca o olhar de cientista ao ser conquistado pela paisagem. Ao adjetivar o espaço, colar impressões e fornecer pontos de vista sobre o observado e o vivido,

⁹ Cf. “Prefácio”. In: PEREIRA LEITE, Luis Philippe. *Vilas e fronteiras coloniais*. São Paulo: Resenha Tributária. Ed. do autor, s/d.

¹⁰ Encontramos em Costa (1999, p. 230-31) que Felix de Azara foi o comissário da terceira divisão de demarcação de limites entre as possessões das coroas ibéricas, após o Tratado de Santo Ildefonso.

contribui para repensar a origem do narrador e, conseqüentemente, da literatura no Brasil como construção móvel de uma ideia que não está presa no passado, mas faz todo sentido no presente. Como analisa Flora Süssekind, a obsessão pela cor local e pela busca da identidade nacional era tanta que sugere que o narrador não podia fazer sombra à paisagem, apenas a fitasse como um exercício do olhar. Por isso diz-se que é na literatura não ficcional de viagem e no paisagismo que se começa a definir o começo histórico e a se desenhar o narrador (SÜSSEKIND, 1990, p. 20).

Portanto, a origem dessa figura literária está posta com maior nitidez no/pelo olhar de fora, num jogo de contrastes e imitações. Pelo processo de delimitação das fronteiras brasileiras vê-se que o Marco carrega significado histórico e simbólico, ligando-se a uma cidade pela memória pétrea.

Cáceres, como outros municípios que formam a vasta fronteira oeste, é parte desse contexto que firmou a posição de Portugal no ocidente de Mato Grosso. Surge de um planejamento estratégico ditado por princípios legais e de administração nos trópicos. Luiz de Albuquerque, falando em nome do poder que detém na colônia “dá ordem”, conforme consta na Ata, para se fundar na margem oriental do rio Paraguai, “no lugar onde se dirige a estrada que seguia à Cuyabá desde Villa Bella [...] uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior numero de moradores possível”¹¹. Esse fato configura a estratégia de solidificação de posses e de povoamento que caracteriza o espaço de movimento dos atos gerados pela prática humana e pela proliferação de outros dizeres. Forma de colonização que determina o processo colonial de apropriação. No dizer de Bosi (1992, p. 11-13), “tomar conta de” reside no sentido básico de “colo”, que importa não só em “cuidar”, mas também em “mandar”, ou seja, o administrador manda conforme o sistema estabelecido.

Nesse sentido, os sítios e locais que foram fundados pelos pioneiros ocupantes das terras passaram a ser vistos como embriões do município. Jacobina, por exemplo, foi considerada “contemporânea da fundação de Cáceres”, pois em “1786, Leonardo [Soares de Souza] tinha roça no local, conforme registrou Ricardo Franco que ali passou de regresso de Cuiabá a Vila Bela, donde saíra em missão exploradora” (MENDES, 2009, p. 31).

Quase meio século depois, o naturalista Hercules Florence relata sobre o desejo do encontro com as “comodidades que se prodigalizavam segundo diziam todas as classes de viajantes, como também pela sua importância, cada vez mais exaltada neste caminho, à medida que as distâncias se iam encurtando”. Embora as notícias não se confirmassem de

¹¹ Cf. Ata de fundação de Vila Maria. In: Mendes (2009, p. 27-9).

todo “comparada com estabelecimentos desse gênero em outras províncias do Brasil”, as impressões registradas por Florence ratificam o que foi dito na historiografia sobre a fazenda (FLORENCE, p. 179-180).

Então, entre um narrador que descreve o que observa e narra as impressões do olhar observador de viajante, o relato de Florence constitui importante documento para se compreender o processo de formação histórica de Cáceres, integrando-se ao processo de construção do sistema literário de que trata o crítico Antonio Candido na tentativa de interpretar o fenômeno literário a partir da contraditória relação entre o geral e o particular, o significado histórico e o caráter singular dos autores de um passado histórico (CANDIDO, 1997).

Num processo em rede discursiva constrói-se o lugar das (im)possibilidades, sinalizadas pelos interesses políticos e de administração e pelas tensões entre o conteúdo e a expressão, entre os períodos e os autores, definindo as bases de uma investigação de caráter informativo, mas também estético.

O movimento desses (des)limites geram experimentações capazes de reconhecimento e definição de valor, transferindo ao leitor um resultado das impressões de uma verificação objetiva. Nesse sentido, Mato Grosso surge no discurso do acontecimento da fronteira, produzindo variados sentidos ressignificados em condições de produção de uma relação colonial.

Nessa relação, casar o pensamento jurídico colonial com o sentimento, o coração com o entendimento, leva-nos ao encontro da Poesia – a vibração do que de mais incontaminado habita o espírito humano. Aí, parece-nos residir grande parte da força telúrica firmada entre o lema da Justiça e da Paz e o conjunto dos sentidos que se instalam no passado tornado presente pelos novos sentidos que se instauram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio [1957]. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 1. 8 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Nas ‘raias’ de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas-SP: IEL/UNICAMP, 2000.
- CORREA FILHO, Virgílio. *As raias de Matto Grosso*. Vol. II. Fronteira Oriental. São Paulo: Secção de Obras d’O Estado de São Paulo, 1925.

- COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdades/Kosmos, 1999.
- FLORENCE, Hercules [1875]. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/Ed. USP, 1977.
- MENDES, Luís César Castrillon. *Descortinando caminhos: o Marco do Jauru e seus translados pela fronteira oeste*. Texto apresentado no I seminário do grupo de pesquisa “Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade”, realizado nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2009.
- MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. 2 edição. Cáceres-MT: Ed. UNEMAT, 2010.
- _____. *História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada*. Tomo II. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2010.
- _____. *Memória cacerense*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 1998.
- _____. *Anhuma do Pantanal: poesia da terra*. Passo Fundo-RS: Pe. Berthier, 1993.
- _____. *Marco do Jauru*. Palestra proferida no Quartel do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 17/06/1981. Cáceres-MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1983.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dezembro/ 1993.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Sortilégios da criação*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2005.